



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 04/2014

Disponibilização: 24 de fevereiro de 2014

Período abrangido: 10 a 21 de fevereiro de 2014

ÍNDICE TEMÁTICO

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **SEGURANÇA PÚBLICA**
- **QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS**

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA**
- **PESCAS**

4. AMBIENTE

5. ASSOCIAÇÕES

6. ASSUNTOS EUROPEUS

7. CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

8. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

9. CONSUMIDORES

10. CULTURA

11. DEFESA E FORÇAS ARMADAS

12. DESPORTO

13. EDUCAÇÃO



14. EMPREGO

15. EMPRESAS

- **EMPRESAS PÚBLICAS**

16. ENERGIA

17. FINANÇAS

- **ATIVIDADE SEGURADORA**
- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**
- **VALORES MOBILIÁRIOS**

18. GOVERNO

19. JUSTIÇA

20. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- **QUESTÕES CONSULARES**

21. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

22. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

23. SAÚDE

24. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

25. TURISMO E LAZER

- **LAZER**
- **TURISMO**



1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **SEGURANÇA PÚBLICA**

Despacho n.º 2258/2014, de 12 de fevereiro

(Ministério das Finanças - Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos)

Determina a constituição de uma comissão para a renegociação do contrato relativo à conceção, projeto, fornecimento, montagem, construção, gestão e manutenção de um sistema integrado de tecnologia trunking digital para a Rede de Emergência e Segurança de Portugal.

- **QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS**

Anúncio (extrato) n.º 50/2014, de 20 de fevereiro

(Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas)

Torna pública a lista por países dos postos suplementares de recenseamento eleitoral no estrangeiro.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaração de Retificação n.º 10/2014, de 19 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica a Portaria n.º 8-A/2014, de 15 de janeiro, da Presidência do Conselho de Ministros e dos Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Justiça, da Economia, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, da Agricultura e do Mar, da Saúde, da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, que regulamenta o programa de rescisões por mútuo acordo de técnicos superiores a realizar no âmbito da administração direta e indireta do Estado, estabelecendo a sua duração, os requisitos e as condições específicas a aplicar e a tramitação do processo prévio ao acordo de cessação do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, publicada no Diário da República n.º 10, 1.º Suplemento, 1.ª série, de 15 de janeiro de 2014.



3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA**

Decreto-Lei n.º 21/2014, de 11 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece as formas e o procedimento de cedência dos prédios do domínio privado do Estado e do património próprio dos institutos públicos através da bolsa nacional de terras para utilização agrícola, florestal ou silvopastoril, criada pela lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro.

- **PESCAS**

Despacho n.º 2387/2014, de 13 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar - Gabinete do Secretário de Estado do Mar)

Estabelece os períodos de defeso no rio Mondego, para a pesca de lampreia, sável e savelha, durante o ano de 2014.

Portaria n.º 41/2014, de 17 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Define o modelo de gestão da quota de sarda atribuída a Portugal, para o ano de 2014.

4. AMBIENTE

Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014, de 12 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Adota a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020.

Despacho n.º 2441/2014, de 14 de fevereiro

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente)

Cria o Grupo de Trabalho do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), para acompanhamento da sua elaboração atendendo ao seu carácter intersectorial, cuja coordenação geral compete à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.).

Portaria n.º 40/2014, de 17 de fevereiro

(Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, da Saúde e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Estabelece as normas para a correta remoção dos materiais contendo amianto e para o acondicionamento, transporte e gestão dos respetivos resíduos de construção e demolição gerados, tendo em vista a proteção do ambiente e da saúde humana.



Decreto-Lei n.º 28/2014, de 21 de fevereiro

(Ministério da Economia)

Transpõe a Diretiva n.º 2002/46/UE, da Comissão, de 6 de dezembro, que altera a Diretiva n.º 97/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes a medidas contra a emissão de poluentes gasosos e de partículas pelos motores de combustão interna a instalar em máquinas móveis não rodoviárias, e procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 236/2005, de 30 de dezembro, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 47/2006, de 27 de fevereiro.

5. ASSOCIAÇÕES

Decreto Legislativo Regional n.º 3/2014/A, de 14 de fevereiro

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Cria o Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas da Região Autónoma dos Açores.

6. ASSUNTOS EUROPEUS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2014, de 20 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Comete à reunião de coordenação dos assuntos económicos e do investimento a função de Comité de Acompanhamento em Portugal do «Small Business Act», para a Europa.

7. CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Despacho n.º 2671/2014, de 18 de fevereiro

(Ministérios da Saúde, da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, do Ensino Básico e Secundário, da Solidariedade e da Segurança Social e do Emprego)

Estabelece o montante das verbas destinadas ao financiamento dos produtos de apoio, durante o ano de 2014, no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio.



8. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

Declaração de retificação n.º 116/2014, de 10 de fevereiro **(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção-Geral de Energia e Geologia)**

Procede à retificação do Despacho n.º 15793-E/2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 234, de 3 de dezembro de 2013, que estabelece as regras de simplificação a utilizar nos edifícios sujeitos a grandes intervenções.

9. CONSUMIDORES

Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de fevereiro **(Ministério da Economia)**

Transpõe a Diretiva n.º 2011/83/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, relativa aos direitos dos consumidores.

10. CULTURA

Despacho n.º 2488/2014, de 17 de fevereiro
Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado da Cultura
Fixa os valores de ingresso nos imóveis classificados dependentes da Direção Regional de Cultura do Algarve.

Despacho n.º 2489/2014, de 17 de fevereiro
Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado da Cultura
Fixa os valores de ingresso nos imóveis classificados dependentes da Direção Regional de Cultura do Alentejo.

11. DEFESA E FORÇAS ARMADAS

Despacho n.º 2063/2014, de 10 de fevereiro
(Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)
Aprova a conceção estrutural e plano funcional do órgão central de recrutamento propostos para o órgão central de recrutamento, que deverá passar a designar-se por Órgão Central de Recrutamento e Divulgação (OCRD).



Despacho n.º 2064/2014, de 10 de fevereiro

Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro

Aprova o Programa funcional do Hospital das Forças Armadas - Polo do Porto.

Portaria n.º 37/2014, de 14 de fevereiro

(Ministério da Defesa Nacional)

Cria a Comissão de Planeamento e Coordenação do Recrutamento Militar.

Despacho n.º 2495/2014, de 17 de fevereiro

(Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Aprova as minutas e autoriza a assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) relativo à Cooperação Bilateral entre as Forças de Operações Especiais Nacionais e Suecas.

Despacho n.º 2607/2014, de 18 de fevereiro

(Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Autoriza as despesas e procedimentos referentes à empreitada de remodelação do edifício H04 do Hospital das Forças Armadas/Polo de Lisboa.

Despacho n.º 2608/2014, de 18 de fevereiro

(Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Autoriza as despesas e procedimentos referentes à desmilitarização de munições e explosivos das Forças Armadas.

Despacho n.º 2943/2014, de 21 de fevereiro

(Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Estabelece orientações complementares ao processo de reforma do Sistema de Saúde Militar (SSM).

12. DESPORTO

Portaria n.º 36/2014, de 14 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Define os aspetos relativos às ações de formação contínua do diretor técnico e do técnico de exercício físico.

Decreto Legislativo Regional n.º 4/2014/A, de 18 de fevereiro

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Altera (segunda alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 2172009/A, de 2 de dezembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2012/A, de 12 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo.



13. EDUCAÇÃO

Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro **(Ministério da Educação e Ciência)**

Estabelece o regime jurídico da formação contínua de professores e define o respetivo sistema de coordenação, administração e apoio.

Lei n.º 7/2014, de 12 de fevereiro **(Assembleia da República)**

Altera (primeira alteração), por apreciação parlamentar, o Decreto-Lei n.º 146/2013, de 22 de outubro, que procede à 12.ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho.

Despacho n.º 2606/2014, de 18 de fevereiro **(Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)**

Estabelece normas referentes ao funcionamento e reestruturação dos Estabelecimentos Militares de Ensino não Superior.

Portaria n.º 44/2014, de 20 de fevereiro **(Ministério da Educação e Ciência)**

Altera (primeira alteração) da Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto, que define as regras e procedimentos a observar quanto à celebração, acompanhamento e avaliação dos contratos de autonomia a celebrar entre os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas e o Ministério da Educação e Ciência.

Despacho n.º 2929-A/2014, de 20 de fevereiro **(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Ministro)**

Determina as datas do teste de diagnóstico de inglês e aprova o regulamento para aplicação do referido teste.

14. EMPREGO

Lei n.º 5/2014, de 12 de fevereiro **(Assembleia da República)**

Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro, simplificando o regime de acesso e exercício da atividade das agências privadas de colocação de candidatos a empregos.



15. EMPRESAS

- **EMPRESAS PÚBLICAS**

Declaração de Retificação n.º 9-A/2014, de 14 de fevereiro
(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica o Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que transpõe a Diretiva n.º 2009/119/CE, Conselho, de 14 de setembro de 2009, que obriga os Estados-Membros a manterem um nível mínimo de reservas de petróleo bruto e/ou de produtos petrolíferos, e procede à reestruturação e redenominação da Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E., procedendo à segunda alteração aos estatutos desta entidade, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 243, de 16 de dezembro de 2013.

16. ENERGIA

Diretiva n.º 7/2014, de 10 de fevereiro
(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Fixa os parâmetros para determinação da taxa a aplicar à transferência intemporal, referentes aos sobrecustos com aquisição de eletricidade a produtores em regime especial, no âmbito da Portaria n.º 279/2011, de 17 de outubro.

17. FINANÇAS

- **ATIVIDADE SEGURADORA**

Norma regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 2/2014-R, de 11 de fevereiro
(Instituto de Seguros de Portugal)

Altera a norma regulamentar n.º 6/2007-R, de 27 de abril, que estabelece as regras aplicáveis à determinação da margem de solvência e do fundo de garantia das empresas de seguros sujeitas à supervisão do Instituto de Seguros de Portugal.

Norma regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 1/2014-R, de 13 de fevereiro
(Instituto de Seguros de Portugal)

Estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo «Incêndio e elementos da natureza» com início ou vencimento no 2.º trimestre de 2014.



• **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

Acórdão n.º 42/2014, de 11 de fevereiro

(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucionais as normas resultantes da conjugação do n.º 5 do artigo 38.º da Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro, e do n.º 2 do artigo 31.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais; bem como a norma constante do artigo 31.º, n.º 2, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redação conferida pela Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro.

Decreto-Lei n.º 26-A/2014, de 17 de fevereiro

(Ministério das Finanças)

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 242.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, cria o sorteio «Fatura da Sorte».

Despacho n.º 2839-B/2014, de 19 de fevereiro

(Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra)

Aprova as tabelas de retenção na fonte para 2014 na Região Autónoma dos Açores.

Despacho n.º 2937/2014, de 21 de fevereiro

(Ministério das Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais)

Aprova os formulários e respetivas instruções, para aplicação do regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro.

• **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

Acórdão n.º 55/2014, de 13 de fevereiro

(Tribunal Constitucional)

Decide não se pronunciar pela inconstitucionalidade das normas resultantes da conjugação dos n.ºs 1 e 2 do artigo 43.º do Decreto n.º 24/2013 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014 - na medida em que aquele preceito dá nova redação aos artigos 9.º, 10.º, 11.º e 13.º e aprova a tabela anexa ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril (remuneração complementar regional).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2014, de 14 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece que a despesa autorizada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81-C/2013, de 29 de novembro, relativa à aquisição de dois prédios urbanos pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças ao Município de Lisboa, é realizada integralmente no ano económico de 2014.



Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2014/A, de 14 de fevereiro
(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)
Executa o orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2014.

- **VALORES MOBILIÁRIOS**

Lei n.º 6/2014, de 12 de fevereiro
(Assembleia da República)

Autoriza o Governo a aprovar o regime que assegura a execução, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 648/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações, a estabelecer o respetivo regime sancionatório, bem como a alterar o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro.

18. GOVERNO

Decreto-Lei n.º 20/2014, de 10 de fevereiro
(Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à alteração (quinta alteração) do Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional.

19. JUSTIÇA

Acórdão n.º 42/2014, de 11 de fevereiro
(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucionais as normas resultantes da conjugação do n.º 5 do artigo 38.º da Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro, e do n.º 2 do artigo 31.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais; bem como a norma constante do artigo 31.º, n.º 2, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redação conferida pela Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro.

Acórdão n.º 45/2014, de 11 de fevereiro
(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucional a norma constante do artigo 13.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 27/2010, de 30 de agosto, na medida em que consagra uma presunção iuris tantum de imputação da violação de um dever de comportamento à entidade patronal dos condutores de transporte rodoviário.



Acórdão n.º 55/2014, de 13 de fevereiro
(Tribunal Constitucional)

Decide não se pronunciar pela inconstitucionalidade das normas resultantes da conjugação dos n.ºs 1 e 2 do artigo 43.º do Decreto n.º 24/2013 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014 - na medida em que aquele preceito dá nova redação aos artigos 9.º, 10.º, 11.º e 13.º e aprova a tabela anexa ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril (remuneração complementar regional)

Acórdão n.º 67/2014, de 21 de fevereiro
(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucional a norma do n.º 2 do artigo 323.º do Código Civil, na interpretação segundo a qual, numa ação executiva, se a citação se não fizer dentro de cinco dias depois de ter sido requerida, por causa não imputável ao exequente, tem-se a prescrição por interrompida logo que decorram os cinco dias, mesmo que a citação venha a ter lugar mais de vinte anos após a verificação dos factos.

Acórdão n.º 68/2014, de 21 de fevereiro
(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucional a norma constante do artigo 102.º, n.º 2, do Código de Procedimento e de Processo Tributário, na parte em que na mesma se estatui que, em caso de indeferimento de reclamação graciosa, o prazo de impugnação judicial é de 15 dias.

20. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

• QUESTÕES CONSULARES

Aviso (extrato) n.º 2740/2014, de 20 de fevereiro
(Ministério dos Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral)

Torna públicas as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de março de 2014.

Anúncio (extrato) n.º 50/2014, de 20 de fevereiro
(Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas)

Torna pública a lista por países dos postos suplementares de recenseamento eleitoral no estrangeiro.



21. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Decreto-Lei n.º 27/2014, 18 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Procede à alteração (terceira alteração) do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, que estabelece o regime de criação das zonas de intervenção florestal, bem como os princípios reguladores da sua constituição, funcionamento e extinção, e à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, que aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal.

22. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 5/2014/A, de 13 de fevereiro

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Encarrega a Comissão Permanente de Economia de definir uma posição sobre o POSEI, perante os Governos Regional e da República, o Parlamento Europeu e as Instituições Europeias.

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 6/2014/A, de 13 de fevereiro

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Recomenda ao Governo da República a abertura de uma delegação da Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento na Ilha Terceira e o reforço do investimento da fundação na Região Autónoma dos Açores.

Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2014/A, de 13 de fevereiro

(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Altera (quarta alteração) o Decreto Regulamentar Regional n.º 30/2002/A, de 22 de novembro, que cria o Conselho Consultivo Regional para os Assuntos da Imigração.

Acórdão n.º 55/2014, de 13 de fevereiro

(Tribunal Constitucional)

Decide não se pronunciar pela inconstitucionalidade das normas resultantes da conjugação dos n.ºs 1 e 2 do artigo 43.º do Decreto n.º 24/2013 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014 - na medida em que aquele preceito dá nova redação aos artigos 9.º, 10.º, 11.º e 13.º e aprova a tabela anexa ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril (remuneração complementar regional).



Decreto Legislativo Regional n.º 3/2014/A, de 14 de fevereiro
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Cria o Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas (SOREFIL) da Região Autónoma dos Açores.

Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2014/A, de 14 de fevereiro
(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Executa o orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2014.

Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2014/A, de 17 de fevereiro
(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Estabelece o regime de atribuição de incentivos e apoios à fixação aplicável ao pessoal médico na Região Autónoma dos Açores.

Decreto Legislativo Regional n.º 4/2014/A, de 18 de fevereiro
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Altera (segunda alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 2172009/A, de 2 de dezembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2012/A, de 12 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo.

Despacho n.º 2839-B/2014, de 19 de fevereiro
(Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra)

Aprova as tabelas de retenção na fonte para 2014 na Região Autónoma dos Açores.

23. SAÚDE

Despacho n.º 2079/2014, de 10 de fevereiro
(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito da Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), referentes aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA), que determinam as condições de fornecimento de medicamentos do consumo geral - Aparelho Locomotor.

Despacho n.º 2156-B/2014, de 10 de fevereiro
(Ministério da Saúde - Gabinete do Ministro)

Aprova o modelo de declaração de inexistência de incompatibilidades dos membros das comissões, de grupos de trabalho, de júris de procedimentos pré-contratuais e de consultores que apoiam os respetivos júris, ou que participam na escolha, avaliação, emissão de normas e de orientações de carácter clínico ou elaboração de formulários, nas áreas do medicamento e do dispositivo médico no âmbito dos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde.

Portaria n.º 33/2014, de 12 de fevereiro
(Ministério da Saúde)

Estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da atividade das unidades de saúde de medicina nuclear.



Portaria n.º 34/2014, de 12 de fevereiro
(Ministério da Saúde)

Estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da atividade das unidades privadas de serviços de saúde de radioterapia/radioncologia.

Portaria n.º 35/2014, de 12 de fevereiro
(Ministério da Saúde)

Estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas das unidades de saúde de radiologia.

Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2014/A, de 17 de fevereiro
(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Estabelece o regime de atribuição de incentivos e apoios à fixação aplicável ao pessoal médico na Região Autónoma dos Açores.

Despacho n.º 2521/2014, de 17 de fevereiro
(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito da Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), referentes aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA), que determinam as condições de fornecimento de MATERIAL DISPOSABLE DE BLOCO OPERATÓRIO - PARTE III.

Despacho n.º 2644/2014, de 18 de fevereiro
(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito da Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E (SPMS, E.P.E.), referentes aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA), que determinam as condições de fornecimento de VACINAS E TUBERCULINAS.

Lei n.º 8/2014, de 20 de fevereiro
(Assembleia da República)

Altera os termos da aplicação do regime transitório de atribuição do título enfermeiro (primeira alteração à Lei n.º 111/2009, de 16 de setembro, que procede à primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de abril).

Portaria n.º 45/2014, de 21 de fevereiro
Ministério da Saúde

Altera (quinta alteração) a Portaria n.º 924-A/2010, de 17 de setembro, que define os grupos e subgrupos farmacoterapêuticos que integram os diferentes escalões de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos.



Despacho n.º 2976/2014, de 21 de fevereiro

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde)

Determina que as unidades funcionais prestadoras de cuidados de saúde em matéria de intervenção dos comportamentos aditivos e das dependências no âmbito das Administrações Regionais de Saúde, I.P. (ARS,IP) denominam-se unidades de intervenção local e revestem a natureza de, nomeadamente, centros de respostas integradas, unidades de alcoologia, unidades de desabituação ou comunidades terapêuticas.

Despacho n.º 2977/2014, de 21 de fevereiro

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Aprova a classificação farmacoterapêutica de medicamentos. Revoga o Despacho n.º 21844/2004, de 12 de outubro.

Portaria n.º 158/2014, de 21 de fevereiro

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Revê o regime especial de participação para medicamentos destinados ao tratamento da doença de hepatite C. Revoga a Portaria n.º 194/2012, de 18 de abril.

24. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

Deliberação n.º 212/2014, de 11 de fevereiro

(Ministério da Economia - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.)

Procede à definição dos veículos de características especiais que podem ser objeto de contrato de aluguer, vulgo rent-a-car.

Acórdão n.º 45/2014, de 11 de fevereiro

(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucional a norma constante do artigo 13.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 27/2010, de 30 de agosto, na medida em que consagra uma presunção iuris tantum de imputação da violação de um dever de comportamento à entidade patronal dos condutores de transporte rodoviário.

Decreto-Lei n.º 25/2014, de 14 de fevereiro

(Ministério da Economia)

Procede à alteração (primeira alteração) do Decreto-Lei n.º 193/2001, de 26 de junho, que estabeleceu o regime de acesso e exercício da atividade de prestação de serviços com veículos pronto-socorro, visando a sua simplificação.



25. TURISMO E LAZER

- **LAZER**

Decreto-Lei n.º 23/2014, de 14 de fevereiro
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o regime de funcionamento dos espetáculos de natureza artística e de instalação e fiscalização dos recintos fixos destinados à sua realização bem como o regime de classificação de espetáculos de natureza artística e de divertimentos públicos, conformando-o com a disciplina do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.

- **TURISMO**

Decreto-Lei n.º 26/2014, de 14 de fevereiro
(Ministério da Economia)

Procede à alteração (segunda alteração) do Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de maio, que regula o acesso e exercício da atividade das agências de viagens e turismo, reduzindo o valor da taxa devida ao Turismo de Portugal, I.P., pela inscrição no registo nacional das agências de viagens e turismo.